

AS CONCEPÇÕES DOS/AS PROFISSIONAIS DUMA CASA DE ABRIGO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL¹⁶

Dra. Maria Jose Magalhaes

FPCE; Universidade de Porto (Portugal)

E-mail: mjm@fpce.up.pt

Dra. Yolanda Rodríguez Castro

FCE; Universidade de Vigo (Espanha)

E-mail: yrcastro@uvigo.es

D^a. Ana Isabel Forte

FCE; Universidade de Vigo (Espanha)

E-mail: anaisabelforte@gmail.com

Resumo

O objetivo da presente pesquisa foi conhecer as visões de profissionais que trabalham numa casa de abrigo gerida por uma instituição de filosofia humanista não feminista. Para isso, realizamos entrevistas semi-estruturadas à directora da instituição, à directora técnica e ao psicólogo, inquirindo acerca das suas perspectivas sobre casa de abrigo, assim como mulher, violência, vítima e agressores. Esta análise mostrou uma visão centrada na função materno-doméstica da mulher associada a uma perspectiva de tolerância da violência doméstica e complementária aceitação, em certos casos, do comportamento do agressor. Como em Portugal mais do 78% das casas de abrigo tem esta perspectiva, este estudo revela a necessidade de conhecer as suas consequências nas mulheres que procurem apoio.

Palavras-chave: Violência de género; casa de abrigo; profissionais; mulheres; perspectiva feminista.

PROFESSIONALS' CONCEPTS OF A SHELTER FOR SOCIAL SOLIDARITY

Abstract

The purpose of the present study was to know the perspectives about women, violence, offender and shelter, from the professionals working in a shelter for women victims of domestic violence run by a humanistic and non-feminist philosophy. The research relies on semi-structured interviews to the director of the Directive border, the coordinator of the shelter and the psychologist. The analysis shows a vision of women subsumed in her maternal and domestic functions as well as a perspective of tolerance to domestic violence complemented with an acceptability in certain cases of the behavior of the offender. Concerning more than 78% of the shelters in Portugal are run by this kind of institutions, it is relevant to further research about its consequences for women.

Keywords: Gender violence, shelter, professional perspectives, women, feminist perspective.

¹⁶ Este estudo é parte do Projecto "Amor, Medo e Poder: percursos de vida para a não-violência / Love, Fear and Power: Pathways to a Non-Violent Life" (PIHM/VG/0016/2008), financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia, do Ministério de Ciência e Tecnologia, em protocolo com a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Esta pesquisa insere-se num projeto mais alargado, de conhecimento das respostas sociais às mulheres vítimas de violência em Portugal, assentando numa perspectiva feminista, sendo que este estudo pretende dar conta das concepções de profissionais de casas de abrigo de instituições chamadas de Solidariedade Social.

As casas de abrigo são um serviço especializado que tem como objetivos: a) acomodar temporariamente as mulheres e seus filhos menores, que são vítimas de vítimas de violência física, psicológica e / ou abuso sexual, proporcionando um espaço de segurança, tranquilidade, a reflexão e o início da mudança; e, b) promover, durante a permanência na casa de abrigo, aptidões pessoais, profissionais e sociais das vítimas, susceptíveis de evitarem eventuais situações de exclusão social e tendo em vista a sua efetiva reinserção social (Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro).

Assim, as casas de abrigo são unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário a vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as menores. E o Estado Português deve conceder apoio, com carácter de prioridade, às casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e assegurar o anonimato das mesmas. Antes de chegar a uma casa de abrigo, as mulheres vítimas são encaminhadas de um centro de atendimento, de um serviço de atendimento telefónico da linha verde ou de outras entidades estipuladas na lei, onde deve ser feito, previamente, uma avaliação da situação das mulheres e, em seguida, o relato sobre as características da casa de abrigo e o seu funcionamento; finalmente, quando as mulheres têm que sair da casa de abrigo, espera-se que já devem ser autónomas e independentes.

Existe agora uma rede de casas de abrigo em todo o Portugal, em particular, são 40 casas de abrigo, mas com um funcionamento “real” 35 (UMAR, 2010). As casas de abrigo podem funcionar em equipamentos pertencentes a entidades públicas ou particulares sem fins lucrativos. Neste último caso, quando se trata de entidades particulares sem fins lucrativos, o Estado deve apoiar a sua ação mediante a celebração de acordos de cooperação. Segundo o estudo feito pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2008), as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) constituem as entidades gestoras de 78,3 % das casas de abrigo, sendo 17,4 % geridas por Organizações Não Governamentais e 4,3 % por Instituições Equiparadas a IPSS.

De acordo com as leis que regem as casas de abrigo (Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro; Decreto Regulamentar nº 1/2006, de 25 de Janeiro), os requisitos de acolhimento para este recurso são: as já mencionadas, isto é, a admissão das vítimas nas casas de abrigo é por indicação da equipa técnica dos centros de atendimento ou

através dos/as técnicos/as do serviço de atendimento telefónico da linha verde, na sequência de pedido da vítima. Este acolhimento nas casas de abrigo é de curta duração, pressupondo o retorno da vítima à vida na comunidade de origem, ou outra por que tenha optado, em prazo não superior a seis meses. A título excepcional, a vítima poderá permanecer mais tempo na casa de abrigo mediante o parecer fundamentado da equipa técnica, acompanhado do relatório de avaliação da situação da vítima.

A ausência de estudos sobre as concepções dos/as profissionais das instituições constituiu-se como principal impulsionador deste estudo. Em Portugal, existem somente dois estudos sobre casas de abrigo, numa perspectiva quantitativa. O primeiro, levado pela equipa de investigação de Isabel Baptista (2007), avalia desde uma perspectiva quantitativa as casas de abrigo, questionando-se utentes de cinco destas casas. Este estudo faz referência à caracterização das utentes, ao número de mulheres, às idades, ao período de permanência, como conhecerem a casa, e à satisfação face à intervenção dos profissionais da casa de abrigo. O segundo estudo, em resposta a uma encomenda governamental, consistiu na apreciação das condições de funcionamento das casas de abrigo, recenseando um total de 27 equipamentos e finalizando com um conjunto de recomendações (DESPACHO n.º 32648/2008, de 30 de Dezembro).

Descrição específica de uma casa de abrigo

Neste estudo, contamos com uma casa de abrigo que pertence a uma instituição católica humanista, habitualmente designada como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), situada numa zona urbana de Portugal.

A equipa Profissional é formada por uma diretora da instituição, uma diretora técnica que é assistente social, um psicólogo e a equipa de ajudantes de lar constituída por cinco pessoas. A casa tem uma capacidade máxima de 25 utentes, incluindo mulheres com os seus filhos/as.

Metodologia

Este estudo recorre a uma metodologia qualitativa mediante entrevistas individuais semi-estruturadas com a duração de 1 hora. Na entrevista dirigida ao pessoal da casa de abrigo se questionava sobre: a filosofia da Instituição (a missão e os princípios) incluindo as concepções sobre casa de abrigo, a vítima, a violência e o agressor, assim como a visão que têm das mulheres.

A análise de conteúdo foi realizada com categorias que partem das expressões dos próprios termos das pessoas entrevistadas, e, para isso, nos baseamos em quatro regras básicas: 1) Exaustividade (BARDIN, 1986): categoriza-se todo o conteúdo das entrevistas; 2) Exclusividade: centra-se a mesma idéia numa mesma categoria, sem misturar; 3) Semi-indutivo: leva-se a cabo a pré-categorização segundo as frases ou os próprios termos usados pelas pessoas; e 4) Pertinência da categoria. Para cumprir a regra da objetividade, cruzamos a análise de conteúdo das entrevistas entre vários membros da equipa de investigação.

Por motivos de segurança, confidencialidade e rigor científico, vamos preservar a identidade da casa de abrigo, nomeadamente a sua localização. O seu código vai ser CA5. Também para referenciar os/as entrevistados/as, usaremos o seguinte código: *d* (para a diretora da instituição), *dt* (para a diretora técnica), e *ps* (para o psicólogo).

Resultados

A análise dos resultados pode ser organizada em três categorias: a conceptualização de casa de abrigo, as visões de mulher, e as visões de violência, vítima e agressor, que têm os profissionais da equipa da casa de abrigo.

Conceptualização de Casa de Abrigo

Em relação à concepção da casa de abrigo, a diretora da CA5, assinala que a casa de abrigo existe por necessidade:

Eu acho que isto não serve para o trabalho. Eu concordo, e há necessidade destes sítios, porque há muita violência doméstica e acho que... a casa está sempre cheia, há necessidade para. (CA5-d: p.6)

Nesta preocupação de vincular a casa de abrigo a uma resposta a uma necessidade das mulheres, esta diretora tem o cuidado de referir mais de uma vez, que uma casa de abrigo *não é un hotel de cinco estrelas* (CA5-d: p.7).

Achavam que – por exemplo – estas senhoras deviam ir tudo para lá. Devia ir lá a limpeza para limpar a casa, devia ir lá a roupa para a lavandaria, devia de ir o comer todo feitinho para as senhoras e as senhoras estavam num hotel 5 estrelas. (CA5-d: p.7)

É nestas pequenas coisas que temos que tornar a gestão e o trabalho desenvolvido na casa o mais próximo da realidade, do que elas vão encontrar cá fora (CA5-d: p.8)

Apesar destes comentários, a diretora da CA5 não desenvolve muito qual é a especificidade desta resposta social. Da sua parte, o psicólogo da instituição não

menção nada sobre estes aspectos, ainda que afirme que acredite que em Portugal existem demasiadas casas abrigo:

Casas abrigo sim. Eu acho que chegam e, se calhar, não sei se não sobram até. (CA5-ps: p.20)

No entanto, a diretora técnica expressa que a missão da casa de abrigo é garantir que as mulheres consigam a sua própria autonomia e independência, e, para além disso, manifesta que, em todo o processo, é a mulher quem deve decidir, ainda que às vezes não concordem com as suas decisões:

A principal missão é que as mulheres consigam a sua autonomia e tenham contacto com um modelo que não passa pela violência, ou seja, que tenham uma alternativa que não [passe] pela violência. Sim, basicamente é isso, tentar que elas se autonomizem, tendo por base um modelo que é não violento, tendo em conta as expectativas e as vontades delas, aquilo que definem para elas próprias, quer concordemos ou não. (CA5-dt: p.1)

Nós valorizamos muito aquilo que elas querem e aquilo que elas pretendem, não a ideia que nós temos do que elas devem querer ou do que elas devem ter. Podemos dizer que não concordamos, obviamente, mas aceitamos sempre em último lugar a vontade da mulher. (CA5-dt p.1)

Também a diretora técnica enfatiza que os princípios que regem a instituição são o respeito, a confidencialidade e o sigilo:

O nosso princípio fundamental é o respeito por cada um. É a relação baseada no respeito e na individualidade e na solidariedade, basicamente. (CA5-dt: p.2)

Então, a principal regra da casa é a confidencialidade e o sigilo. Depois, é o respeito, respeito por elas, pelos filhos, pelas funcionárias, por nós, por todas. (CA5-dt: p.5)

Além disso, a diretora técnica afirma claramente que se quer incutir nas mulheres, os valores próprios da instituição:

O que nós tentamos é incutir os nossos valores, nós trabalhamos com eles todos os dias, na equipa não técnica e nas utentes. Porque achamos que se houver respeito e solidariedade e confiança entre todos que o trabalho seja conseguido, e conseguimos ter resultados positivos. (CA5-dt: p.2)

Concepções de Mulher

Encontramos nos discursos destes profissionais uma atribuição da importância do papel da mãe nas suas utentes que eles articulam com as suas funções na casa de abrigo. Assim, afirmam que uma das funções que desempenham é ajudar as mães para que atendam os seus filhos e filhas:

Tentamos que as mães olhem para os filhos, perguntem como é que foi o dia, que os ajudem nos trabalhos de casa, que vejam os recados que as professoras mandam, se é que há recados. (CA5-ps :p.12)

Tentamos que seja ela a assumir esse papel, essa responsabilidade de educadora e de mãe, porque, no fundo, neste momento, é a única figura parental que estes miúdos têm. (...) Se ela se sente com alguma dificuldade, ela vem falar connosco e nós apoiamos. (CA5-dt: p.4)

O psicólogo chega até a explicitar que esta é a sua “grande luta” que “as mulheres assumam a figura de mãe”:

E que muitas vezes está diminuída e está fragilizada, vem fragilizada de casa e tem dificuldade de se impor. É a nossa grande luta, é que as mulheres não assumiam a figura de mãe, quer na parte afectiva, quer na parte de construir regras e não conseguiam transmitir isso aos filhos. (CA5-ps: p.4)

A preocupação de que as mulheres exerçam o seu papel de mãe permanentemente parece levar a uma restrição das mulheres ao próprio contacto com as outras:

E depois às oito é o jantar, à hora do jantar é quando elas falam mais um bocadito umas com as outras, nós tentamos que a preferência seja dar atenção aos filhos mas não, a principal preocupação é falarem umas com as outras. (CA5-dt: p.6)

Fica também implícito no discurso do psicólogo que a dor das mulheres é menos importante que a das crianças e dos jovens:

(...) Custa-me muito, custa-me muito ver, perceber, o sofrimento que alguns agregados familiares passam, durante anos, isso custa-me um bocado. (...) Mas custa-me bastante perceber que aquela pessoa, que aquelas crianças, que aqueles jovens viveram naquele mundo, tantos anos, isso custa-me bastante. (CA5-ps: p.14)

Para além disto, o masculino predomina na linguagem destes profissionais, sobretudo no psicólogo, onde mesmo sobre as utentes que são as mulheres vítimas da violência, são referidas em masculino:

É feito, daquilo que observamos, das dificuldades que os utentes nos vão apresentando (...). (CA5-ps:p.17)

Complementário a esta masculinização da linguagem encontramos o termo “pessoa” que surge repetidamente nas entrevistas, em substituição do nomear as mulheres:

Em primeiro lugar, e aquilo que nos interessa, são as pessoas que nós temos acolhidas na casa. (CA5-ps: p.2-3).

(...) apresentamo-la às pessoas (...), (CA-dt: p.12).

(...) foram pessoas com um percurso de vida instável, (CA5-d: p.8).

Paralelamente, estes valores revelam-se nos critérios de contratação de ajudantes de lar para a casa de abrigo. A diretora da instituição destaca que as ajudantes de lar têm que ter um perfil específico, como ser mulher e cumprir algumas condições familiares como estar casada, e com um percurso “calminho”:

As ajudantes de lar são mulheres. Pessoas que, à partida... já casadas, com uma certa idade, com um percurso de vida mais ao menos... que nós víamos que era mais ao menos calminho. (CA5-d: p-3)

Rematando estas dimensões de análise sobre a concepção da mulher por parte dos profissionais desta casa de abrigo, a diretora da instituição CA5 explicita “*eu não sou feminista*” (CA5-d: p.6), sendo isto coerente com facto de considerar, ainda que de forma metafórica, que *aqui para nós, a mulher é um bicho muito mau* (CA5-d: p.8).

Concepções de Violência, Vítima e Agressor

A concepção de agressor, vítima e violência enquadra-se na filosofia pessoal de cada técnico/a, diretor/a, presidente/a, ou mesmo da própria instituição. Em primeiro lugar, podemos realçar a percepção da directora desta instituição de que as vítimas não são só de classe baixa:

As mulheres vítimas de violência doméstica não são só da classe baixa, há muitas escondidas. (CA5-d: p.6)

Na sequência da sua filosofia não feminista, atrás referida, a preocupação de realçar que os homens também são vítimas da violência doméstica, é muito enfatizado por ela:

Como também há homens, coitados, vítimas de violência doméstica. No nosso país, não há nenhuma casa, mas, por exemplo, na Alemanha, existe, portanto, não são só as mulheres que são as coitadinhas mas são também os homens, também há homens. (CA5-d:p.6)

Esta entrevistada tem a ideia que ser vítima depende do carácter, da personalidade e da vontade:

Agora, isso também depende muito do carácter, acho eu, da mulher. Porque vamos lá, muitas vezes pode ser com a oportunidade e com a formação que as pessoas têm. (CA5-d: p.6)

Outras existem que sofrem e são capazes de ultrapassar tudo e todos e têm vontade própria. Depende muito da vontade e do que está dentro da cabeça. (CA5-d: p.10)

Na sequência dum discurso de desculpabilização da violência, a diretora considera que as mulheres são, de certa forma, responsáveis da situação em que

vivem, porque não são competentes em termos domésticos nem com os filhos/as, nem com as tarefas:

Porque as coisas, às vezes, também não andam muito bem dentro dos meios familiares, porque elas às vezes também não têm o mínimo de responsabilidade nem com os filhos nem com as tarefas, vá lá, mínimas. (CA5-d: p.7)

Mais ainda, apesar de afirmar que a violência atravessa todas as classes sociais, considera que são as razões econômicas, e, portanto, a dependência financeira que têm em relação ao marido/companheiro que justificam a violência.

Muitas delas, por razões econômicas. (CA5-d: p.8)

Parte por aí. Penso eu. Portanto, casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Eu acho que, na minha opinião, são famílias, umas numerosas, (...) e porque necessitam do parceiro economicamente, e faz com que elas, como não têm trabalho, não querem trabalhar, fiquem rendidas, ali, àquela vida, aparece qualquer coisa. (...) essencialmente da parte econômica.(CA5-d: p.9)

A diretora da instituição CA5 concede muito relevo à estabilidade no percurso de vida familiar, atribuindo à instabilidade e à falta de regras na família uma ou outra causa de violência.

Por aquilo que me é dado a conhecer, eu acho que aquelas pessoas foram pessoas com um percurso de vida instável. (CA5-d: p.8)

São famílias sem determinadas regras, acho eu. (CA5-d: p.9)

A diretora afirma que a violência *começa por uma falta de respeito, eu acho que há muita forma... isto depende do agressor* (CA5-d: p.9). E faz uma ligação entre agressor e pessoa mais ou menos equilibrada.

Se o agressor for uma pessoa desequilibrada, pode ter uma conotação [de desequilibrada]. (CA5-d: p.9)

Agora, por exemplo, pode ser uma pessoa até mais ao menos equilibrada, eu não estou a dizer que isto será assim. Mas que chega a casa, tem a mulher em casa, tem dois ou três filhos em casa, a mulher não faz nada, chega a casa tem tudo sujo, tudo porco, tudo não sei quê, acho que o homem não deve ficar também satisfeito encontrar isto, não é? Não quer dizer... o que os motiva a terem nada... e eu sou contra a violência. É óbvio, não é verdade?. (CA5-d: p.9)

Também, aqui, na conceptualização do agressor, esta inquirida apresenta uma certa desculpabilização, o que se relaciona com o que ela pensa sobre a “irresponsabilidade” doméstica de algumas vítimas.

O psicólogo da instituição não fala sobre a concepção de violência, ainda que aborde os fatores que levam à violência, como a dependência e a personalidade das pessoas:

É um conjunto de fatores que levam a isso [à violência], todos nós sabemos, as dependências. Obviamente, que há um fator, que isso é intrínseco à pessoa, que é a forma, a personalidade da própria pessoa. Todos nós sabemos que há pessoas mais dependentes do que outras e esse facto, agregado depois a um conjunto de outros, estar a agregar-se a uma pessoa que é extremamente controladora, que é exigente, que é agressiva, que condiciona a vida, que é malabarista, inventa mil e um esquemas.
(CA5-ps: p. 14)

Discussão

Neste artigo centrado no ponto de vista dos profissionais de uma casa de abrigo, de uma instituição IPSS, análise atrás apresentada, pode ser organizada em três grandes categorias: a concepção da mulher, as noções de vítima, violência e agressor, a conceptualização de casa de abrigo.

Concepção de Mulher

Comum aos diferentes técnicos profissionais da equipa está subjacente uma concepção de mulher centrada nas suas funções de mãe, portanto olhando a mulher sobretudo nas suas competências maternas e domésticas submersa na família. Nas entrevistas, perpassa uma grande vigilância (FOUCAULT, 1997) sobre o facto das mulheres fazerem ou não as tarefas domésticas, prestarem ou não atenção as crianças. Inversamente, não há por parte dos entrevistados/as, grande preocupação de falar sobre as experiências profissionais das mulheres, dos seus interesses, da sua participação fora do trabalho doméstico e maternal. Portanto, há um silêncio sobre a participação das mulheres noutras dimensões da vida na esfera pública. Mais ainda, este silenciamento é também sobre o seu sofrimento, já que é sempre referido o sofrimento dos “agregados”, ressaltando o sofrimento das crianças, sem nomear o das mulheres. Desta concepção sobressai a ideia geral que as mulheres são naturalmente sofredoras (BOSCH, FERRER, e ALZAMORA, 2006).

Ligando esta concepção de mulher ao facto de que existe, neste tipo de instituição, a filosofia de contratar só pessoas com um perfil de “estabilidade familiar”, ou seja, pessoas casadas, com “regras”, de certa idade, com percurso de “calminho” que sirvam como modelos a imitar pelas utentes, podemos inferir que esta casa de abrigo tem uma filosofia normativa sobre o que deve ser a mulher.

Acrescido a isto, podemos ainda assinalar o facto de não nomear a palavra “mulher/es” substituída por vezes pelo termo de pessoa, sendo que, na maior parte das vezes, a linguagem é no masculino.

Noções de vítima, violência e agressor

No que respeita às concepções de violência, não deixa de ser relevante a necessidade de afirmar que também há homens vítimas de violência, como se fosse muito grave que num contexto de casa de abrigo para mulheres, não se mencionasse o “sofrimento” dos homens às mãos das mulheres. Mais ainda, perpassa na perspectiva destes profissionais que, às vezes, o marido tem razões para estar insatisfeito e descontente com a sua mulher, encontra tudo “sujo” quando chega a casa, e conseqüentemente, responde com violência. Por outro lado, se não tem razões é porque é uma pessoa desequilibrada. Para além da tolerância para o agressor, existe ainda o mito de que a violência depende da “personalidade ou do carácter” da própria vítima. Coerente com isso, está a idéia que sair da situação violenta depende da “vontade” e do que a vítima tem “dentro da sua cabeça”.

Apesar de explicitarem que a violência doméstica atravessa todas as classes sociais, o grosso do discurso assenta nas razões económicas como causa deste tipo de violência. Neste sentido, será a dependência financeira da mulher ou facto de ela “não querer trabalhar” o que justifica ela continuar na relação com o agressor. Parece estar ausente da compreensão destes profissionais todo o processo da victimização, o ciclo da violência, os laços afetivos que ligam a vítima ao agressor, entre outros.

Concepção de Casa de Abrigo

Na concepção de casa de abrigo, podemos assinalar uma contradição entre, por um lado, a missão expressa pelos profissionais de que as mulheres consigam a sua autonomia segundo o que definirem por elas próprias, e, por outro, o papel que os profissionais se atribuem a si mesmos de “incutir” os valores da instituição às mulheres.

Mais ainda, assinale-se uma dicotomia encontrada no discurso dos profissionais no que diz respeito ao que é uma casa de abrigo: este é um lugar protegido e seguro por oposição à vida real “lá fora” que implicitamente é caracterizada como uma vida de dureza. Coerente com esta concepção, estes profissionais tem “uma grande preocupação” em que a casa de abrigo não seja um “hotel de cinco estrelas”, para que se pareça o mais possível com a vida “lá fora”. Para complementar esta concepção de que a casa de abrigo não corra o risco de ser “demasiado boa” para as utentes, está também a crítica aos apoios e aos subsídios a que as mulheres tem direito. Está questão é trazida pelo psicólogo a o falar da subsidio-dependência das vítimas.

Como conclusão final, enfatizamos, em primeiro lugar, a importância deste estudo sobre a filosofia das instituições de solidariedade social que gerem casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, dado que elas representam mais de 78% das casas de abrigo em Portugal. Em segundo lugar, podemos afirmar que uma casa de abrigo para mulheres vítimas de violência de gênero gerida por este tipo de instituições com valores humanistas, mas não feministas, mostra um não entendimento do fenómeno da violência doméstica nas relações de intimidade. Em terceiro lugar, apresenta, em termos dos discursos dos profissionais, no que diz a respeito às concepções de vítima, violência e agressor, uma perspectiva de desculpabilização do agressor e de tolerância em relação à violência de gênero, pelo que estas instituições correm um sério risco de utilizar o seu trabalho para revitimizar as vítimas.

Finalmente, salvaguarda-se que este estudo se encontra ainda em fase intermédia, assentando na análise dos discursos dos profissionais, sendo que as práticas com as vítimas podem ser distintas das suas concepções.

Referencias Bibliográficas

- BAPTISTA, Isabel. *Refuges' Evaluation Modelling (R.E.M.)*. Relatório nacional: FCT. 2007.
- BARDÍN, Lauren. *Análisis de Contenido*. Madrid. Akal, 1986.
- BOSCH, Esperanza, FERRER, Victoria & ALZAMORA, Ana. *El laberinto patriarcal*. Reflexiones teórico-prácticas sobre la violencia contra las mujeres. Barcelona: Anthropos, 2006.
- DECRETO REGULAMENTAR n.º 1/2006, de 25 de Janeiro. Organização, funcionamento das casas de abrigo.
- DESPACHO n.º 32648/2008, de 30 de Dezembro, Síntese do Relatório de Avaliação das Condições de Funcionamento das Casas de Abrigo. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, 51216-51218.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- LEI n.º 112/2009, de 16 de Setembro. Regime jurídico de prevenção da violência doméstica, protecção e assistência às suas vítimas.
- REBOLLO, Isabel e BRAVO, Carmen. "Casas de acogida: desde la experiencia a la reflexión". *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 18, p. 317-332, 2005.
- U.M.A.R. União de Mulheres Alternativa e Resposta. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org>>. Acesso em: 01 mai. 2010.